

30 ABR 1988

ANC
X

Constituinte abre semana votando matéria polêmica

A fusão de emendas que motivou o encerramento da sessão da Constituinte sexta-feira, por ser excessivamente longa — quatro páginas datilografadas — será a primeira matéria a ser colocada em votação quando os trabalhos recomeçarem às 14h30 de amanhã. É possível que este texto seja dividido, já que os parlamentares reclamaram da impossibilidade de aprová-lo ou rejeitá-lo na íntegra. Seja qual for o resultado, sua apreciação definirá a Seção II do Capítulo V, que trata do Ministério Público. Para encerrar o Título IV, no entanto, o plenário precisará decidir outra questão que divide as opiniões: a criação da Procuradoria Geral da União, denominada no projeto do Centrão de Advocacia Geral da União.

Esta instituição não conta com o apoio dos procuradores, que já se manifestaram contrários à sua criação. O órgão dividirá as funções da Procuradoria Geral da República, passando a representar a União, judi-

cial e extrajudicialmente, servindo de consultoria jurídica do Poder Executivo e da Administração em geral. Muitas emendas foram apresentadas a esta subseção das funções essenciais à administração da Justiça. Uma delas, de autoria do deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ), vem sendo apontada pelos procuradores como a mais viável para substituir os dispositivos que criam a Procuradoria geral da União. Ela remete para o Ministério Público a função de representação judicial do Poder Executivo.

A votação amanhã não começará exatamente às 14h30, mas só perto das 16h, como vem acontecendo há quase um mês. Se o quorum possibilitar, os trabalhos serão desenvolvidos até por volta das 21h30, dependendo ainda do acordo de lideranças sobre os dispositivos a serem votados, principalmente quanto à criação da Procuradoria geral da União.

Se a votação do Poder Judiciário for encerrada a tempo

de, na mesma sessão, se iniciará a apreciação do Título V, o máximo a ser feito neste dia será a votação do respectivo substitutivo do Centrão Ulysses Guimarães então suspenderá a sessão para favorecer o acordo das lideranças sobre o texto a ser apreciado.

O Título V reúne questões que dividirão o plenário e serão de difícil consenso, como a que trata das funções das Forças Armadas e a do exercício da segurança pública. O estado de sítio e o estado de defesa serão as primeiras matérias a serem apreciadas assim que se encerrar a votação do Ministério Público. Se as negociações caminharem rumo a um acordo geral sobre os pontos mais polêmicos, é possível até que o plenário chegue a votar o Título VI ainda esta semana, tratando da tributação e do orçamento, cumprindo o calendário com sessões diárias das 14h30 às 22h e a partir de quarta-feira também das 9h30 às 13h.

10 ABR 1988

CORREIO BRAZILIENSE